

SEFAZ-AL

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE ALAGOAS

**AUDITOR ESTADUAL DE FINANÇAS PÚBLICAS
COMUM AOS CARGOS**



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

EDITAL Nº 1 – SEFAZ/AL, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



Maxi
educa



SEFAZ - SC

Auditor Estadual de Finanças Públicas - Comum aos Cargos

LÍNGUA PORTUGUESA

Redação Oficial	1
Ortografia.....	22
acentuação	31
Emprego do sinal indicativo de crase.....	34
Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	38
Relação do texto com seu contexto histórico	43
Denotação e conotação. Sinonímia e antonímia.....	47
Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre.....	48
Intertextualidade	53
Figuras de linguagem.....	57
Morfossintaxe. Coordenação e subordinação	62
Elementos estruturais e processos de formação de palavras.....	68
Pontuação	75
Pronomes	85
Concordância nominal e concordância verbal.....	88
Flexão nominal e flexão verbal. Vozes do verbo. Correlação de tempos e modos verbais	94
Regência nominal e regência verbal	99
Conectivos.....	105
Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas; organização e reorganização de orações e períodos; equivalência e transformação de estruturas)...	107
Questões	117
Gabarito.....	131

SUMÁRIO



MATEMÁTICA FINANCEIRA/ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Juros simples. Montante e juros. Taxa real e taxa efetiva. Taxas equivalentes. Capitais equivalentes. Juros compostos. Montante e juros. Taxa real e taxa efetiva. Taxas equivalentes. Capitais equivalentes. Capitalização contínua. Descontos: simples, composto. Desconto racional e desconto comercial. Amortizações. Sistema francês. Sistema de amortização constante. Sistema misto. Fluxo de caixa. Valor atual. Taxa interna de retorno	1
Estatística Descritiva: gráficos, tabelas, medidas de posição (média, moda, mediana, quartis, mínimo e máximo) e de variabilidade (variância, desvio-padrão, amplitude)...	20
Técnicas de Contagem e Análise Combinatória: Combinações Simples, Arranjos e Permutação com e sem repetição.....	27
Probabilidades: conceito, espaço amostral, axiomas e distribuições de probabilidades discretas e contínuas (Bernoulli, binomial, geométrica, uniforme, discreta, contínua, normal, Poisson, qui-quadrado, t de Student e F-Snedecor)	32
Inferência estatística; Amostragem: amostras casuais e não casuais. Processos de amostragem, incluindo estimativa pontual de parâmetros. Intervalos de confiança. Testes de hipóteses para médias e proporções. Correlação e regressão linear simples.....	39
Raciocínio Lógico: Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal; raciocínio matemático; raciocínio sequencial; orientação espacial e temporal; formação de conceitos; discriminação de elementos. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas ..	53
Questões	92
Gabarito.....	99

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Princípios fundamentais	1
Direitos e garantias fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, direitos políticos.....	2
Organização político-administrativa do Estado: Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios	19
Administração pública: Disposições gerais, servidores públicos	32
Poder Executivo: atribuições do Presidente da República.....	42
Poder Legislativo: estrutura; funcionamento e atribuições; fiscalização contábil, financeira e orçamentária.....	45



Finanças Públicas	62
Ordem econômica e financeira: Princípios gerais da atividade econômica	74
Ordem social: Seguridade social; Mínimos constitucionais federais e estaduais; disposições gerais	82
Constituição do Estado de Santa Catarina.....	106
Questões	188
Gabarito.....	197

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Poderes da Administração Pública.....	1
Responsabilidade Civil do Estado	4
Controle da Administração Pública.....	9
Lei Complementar nº 741/2019 (Estrutura organizacional do Estado)	13
Lei nº 6.745/1985 (Estatuto do servidor público SC).....	75
Lei nº 12.527/2011 (LAI).....	103
Lei nº 8.429/1992 (Lei improbidade administrativa)	116
Lei nº 14.133/2021 (Nova lei de licitações e contratos)	131
Questões	205
Gabarito.....	212

CIÊNCIA E ANÁLISE DE DADOS

Conceitos fundamentais de Ciência de Dados e Análise de Dados aplicados à Administração Pública, controle e finanças.....	1
Dados estruturados, semiestruturados e não estruturados.....	4
Coleta, qualidade, tratamento, análise e interpretação de dados	16
Identificação de padrões, tendências, correlações e anomalias	19
Business Intelligence e Visualização de Dados: Conceitos de Business Intelligence (BI), analytics, data mining e web scraping.....	23
Indicadores, métricas, relatórios gerenciais, dashboards e visualização de dados	29
Uso de ferramentas analíticas para extração, cruzamento, interpretação e comunicação de informações.....	33
Governo Digital e Inteligência Artificial: Governo Digital, transformação digital, serviços públicos digitais, interoperabilidade, automação e Administração Pública orientada por dados.....	37
Conceitos fundamentais de Inteligência Artificial, aprendizado de máquina, IA generativa e modelos de linguagem de grande porte (LLMs).....	40



Proteção de Dados Pessoais: Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e alterações posteriores	44
Princípios, conceitos, bases legais, direitos dos titulares, agentes de tratamento e tratamento de dados pelo Poder Público	67
Compartilhamento, segurança, boas práticas e incidentes envolvendo dados pessoais	71
Questões	75
Gabarito	80

ÉTICA, INTEGRIDADE E PREVENÇÃO AO ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO

Ética no setor público: princípios, deveres e vedações institucionais	1
Programas de integridade e compliance na administração pública: gestão de riscos de fraude e corrupção	3
Prevenção e combate ao assédio moral, assédio sexual e a todas as formas de discriminação (gênero, raça, orientação sexual, idade e PCD) no ambiente de trabalho e nas políticas públicas	8
Lei nº 12.846/2013 (Lei anticorrupção)	14
Questões	20
Gabarito	26

CONHECIMENTOS REGIONAIS DE SANTA CATARINA

História, Geografia, Cultura, Política e Economia do Estado de Santa Catarina	1
Questões	7
Gabarito	12



ASPECTOS GERAIS DA REDAÇÃO OFICIAL

► Redação Oficial

A redação oficial é o modo como a administração pública se comunica tanto com o público quanto com as instituições governamentais ou privadas, os órgãos e as entidades de qualquer um dos Poderes. Refere-se, portanto, à forma adotada pelo poder público para redigir atos normativos e comunicações oficiais. A linguagem empregada na elaboração desses atos e expedientes oficiais pauta-se pela norma-padrão da língua portuguesa¹.

Para atingir seus objetivos, o texto oficial deve apresentar qualidades básicas de formulação e estruturação, tais como: clareza, precisão, concisão, objetividade, uniformidade, coesão e coerência. Além do uso da norma-padrão da língua portuguesa, os expedientes oficiais precisam seguir os princípios inerentes à administração pública, entre os quais a legalidade, a formalidade e a impessoalidade.

Quando se produz um texto, a inteligibilidade é qualidade essencial a ser buscada, especialmente em relação à correspondência oficial e aos textos normativos; o bom entendimento do conteúdo é primordial para que não ocorram erros de execução das providências solicitadas ou determinadas. Para tanto, é imprescindível que os textos sejam dotados das características explicitadas a seguir.

► Atributos da Redação Oficial

A redação oficial deve caracterizar-se por:

Clareza

A clareza é a característica norteadora das demais. Em outras palavras, o objetivo principal de quem redige é tornar seu texto o mais claro possível, transferindo, com precisão, uma ideia para o papel ou para os meios virtuais. A compreensão do documento deve ser imediata. Dessa forma, evita que o receptor interprete, de maneira errônea, a informação².

Obtém-se a clareza ao:

- ordenar as ideias e as palavras;
- evitar os períodos longos e as intercalações excessivas;
- escolher adequadamente o vocabulário;
- fugir da gíria e do coloquialismo³;
- utilizar os termos técnicos somente quando forem indispensáveis;
- evitar ambiguidades⁴ e cacofonia⁵;
- pontuar adequadamente o texto;

1 COBUCCI, Suely Cobucci, P. *Redação Oficial: para aprimorar os textos profissionais*. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

2 COBUCCI, Suely Cobucci, P. *Redação Oficial: para aprimorar os textos profissionais*. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

3 Coloquialismo é a linguagem informal, espontânea e do dia a dia, usada em contextos familiares e entre amigos, que foge das regras gramaticais da norma culta, incorporando gírias, abreviações, regionalismos e construções mais soltas, sendo essencial para a comunicação autêntica, mas inadequada para situações formais como provas e e-mails profissionais.

4 Ambiguidade é a qualidade de uma frase, palavra ou situação ter mais de um sentido ou interpretação possível, gerando incerteza, confusão ou duplos sentidos, sendo um vício de linguagem que prejudica a clareza, mas que pode ser usada intencionalmente para efeitos artísticos ou humorísticos, podendo ser resolvida com melhor contexto ou reformulação da frase.

5 Cacofonia é um vício de linguagem onde a junção das sílabas finais de uma palavra com as iniciais de outra forma um som desagradável, ridículo ou com duplo sentido, sendo comum na fala e escrita e que deve ser evitada, como em “por cada” (porcada) ou “amo ela” (moela).



► Taxas de juros

Índices fundamentais no estudo da matemática financeira, sendo incorporadas sempre ao capital. São elas:

▪ **Taxa efetiva:** são aquelas onde a taxa da unidade de tempo coincide com a unidade de tempo do período de capitalização(valorização). Exemplo: Uma taxa de 13% ao trimestre com capitalização trimestral.

Atenção: Quando no enunciado não estiver citando o período de capitalização, a mesma vai coincidir com unidade da taxa. Em outras palavras iremos trabalhar com taxa efetiva!!!

▪ **Taxa nominal:** são aquelas cujas unidade de tempo **NÃO** coincide com as unidades de tempo do período de capitalização.

Exemplo:

1. (TJ/PE- ANALISTA JUDICIÁRIO-CONTADOR-FCC)

Uma taxa de juros nominal de 21% ao trimestre, com juros capitalizados mensalmente, apresenta uma taxa de juros efetiva, trimestral de, aproximadamente,

- (A) 21,7%.
- (B) 22,5%.
- (C) 24,8%.
- (D) 32,4%.
- (E) 33,7%.

Resolução:

21% a. t capitalizados mensalmente (taxa nominal), como um trimestre tem 3 meses, $21/3 = 7\%$ a.m(taxa efetiva).

im = taxa ao mês

it= taxa ao trimestre.

$(1+im)^3 = (1+it)$ à $(1+0,07)^3 = 1+it$ à $(1,07)^3 = 1+it$ à $1,225043 = 1+it$ à $it = 1,225043 - 1$ à $it = 0,225043 \times 100$ à $it = 22,5043\%$

Resposta: B

Atenção: Para resolução de questões com taxas nominais devemos primeiramente descobri-la a taxa efetiva (multiplicando ou dividindo a taxa)

Importante: toda taxa nominal traz implícita uma taxa efetiva que deve ser calculada proporcionalmente.

▪ **Taxas proporcionais (regime de juros simples):** são taxas em unidade de tempo diferente que aplicadas sobre o mesmo capital ao mesmo período de tempo irão gerar o mesmo montante.

Exemplo:

(PREF. FLORIANÓPOLIS/SC – AUDITOR FISCAL – FEPESE) A taxa de juros simples mensais de 4,25% equivalente à taxa de:



DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

► Forma, Sistema e Fundamentos da República

Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

Princípio Federativo:

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

Princípio Republicano:

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

Princípio do Estado Democrático de Direito:

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

Princípio da Soberania Popular:

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Princípio da Separação dos Poderes:

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)



Os poderes da Administração Pública são prerrogativas conferidas pelo ordenamento jurídico aos órgãos, entidades e agentes administrativos para que possam realizar o interesse público. Eles não existem como privilégios pessoais do administrador, mas como instrumentos funcionais destinados a permitir que a Administração organize sua estrutura, discipline condutas, regulamente a execução das leis, fiscalize atividades privadas e limite direitos individuais quando necessário à proteção da coletividade.

No Direito Administrativo, a palavra “poder” deve ser compreendida em sentido técnico. Trata-se de uma competência vinculada à finalidade pública. Por isso, o agente público não pode utilizar essas prerrogativas conforme interesses pessoais, políticos ou arbitrários. Sempre que exerce um poder administrativo, a Administração deve agir com fundamento legal, finalidade legítima, proporcionalidade, razoabilidade, motivação adequada e respeito aos direitos dos administrados.

► Poder administrativo e poder político

Diferença entre direção estatal e execução administrativa

O poder político está relacionado às grandes decisões de governo, à formulação de políticas públicas, à condução institucional do Estado e à definição de diretrizes gerais. Já o poder administrativo está ligado à execução concreta dessas finalidades, dentro dos limites estabelecidos pela Constituição, pelas leis e pelos princípios administrativos.

Assim, quando o Estado define uma política pública de saúde, educação ou segurança, atua em dimensão político-institucional. Quando a Administração organiza servidores, fiscaliza estabelecimentos, aplica sanções administrativas, edita regulamentos ou concede licenças, exerce poderes administrativos. Essa distinção é importante porque os poderes administrativos são mais diretamente controláveis quanto à legalidade, finalidade e adequação ao interesse público.

► Natureza instrumental e obrigatória dos poderes administrativos

Poder-dever de agir

Os poderes administrativos possuem natureza instrumental, pois servem à realização de uma finalidade pública. Além disso, muitas vezes são verdadeiros poderes-deveres. Isso significa que, diante de uma situação legalmente prevista, a Administração não apenas pode agir, mas deve agir. Se há infração funcional, deve apurar. Se há risco à coletividade, deve fiscalizar. Se há necessidade de organizar a atuação interna, deve exercer direção e controle.

Essa lógica impede a omissão administrativa injustificada. O agente público não é titular de uma faculdade privada, mas de uma competência pública. Por isso, a inércia, o favorecimento, a perseguição ou o uso inadequado desses poderes podem configurar ilegalidade e gerar responsabilização.

► Limites gerais ao exercício dos poderes administrativos

Legalidade, finalidade e proporcionalidade

O exercício dos poderes administrativos encontra limites na legalidade, na finalidade pública, na moralidade, na proporcionalidade, na razoabilidade e no controle. Ainda que a Administração disponha de prerrogativas especiais, nenhuma delas autoriza atuação abusiva. O poder administrativo somente é legítimo quando utilizado para cumprir a finalidade prevista em lei e preservar o interesse público sem sacrificar direitos de modo desnecessário ou excessivo.



DADOS, INFORMAÇÃO E DECISÃO ANALÍTICA

► Natureza dos dados no contexto administrativo

Dados são representações registradas de fatos, eventos, atributos ou medições. Na Administração Pública, podem surgir de cadastros, sistemas financeiros, protocolos, registros de atendimento, documentos, sensores, formulários eletrônicos e sistemas de controle. O valor analítico não decorre apenas da existência do registro, mas da possibilidade de relacioná-lo a uma unidade de observação, a um período, a uma definição operacional e a um contexto. Um valor isolado, como uma despesa registrada, tem utilidade limitada se não estiver associado à unidade responsável, à natureza da despesa, ao momento da execução e às regras que determinam seu significado.

Dados estruturados, semiestruturados e não estruturados

A forma de organização influencia o modo de armazenamento e análise. Dados estruturados seguem campos e tipos definidos, como tabelas com identificador, data, valor e categoria. Dados semiestruturados possuem organização reconhecível, mas flexível, como mensagens em formatos de intercâmbio ou registros de sistemas que carregam pares de atributos e valores. Dados não estruturados abrangem textos livres, imagens, áudios e documentos cuja informação relevante precisa ser extraída antes de comparações sistemáticas. Em ambientes públicos, as três formas podem coexistir em um mesmo processo: um protocolo pode reunir campos cadastrais, eventos técnicos em formato semiestruturado e anexos textuais.

A distinção é importante porque cada forma impõe requisitos diferentes de tratamento. Uma tabela permite agregações diretas; um texto exige representação adequada do conteúdo; um documento digitalizado pode demandar reconhecimento de caracteres; registros semiestruturados precisam ter seus campos normalizados. O desenho da análise começa, portanto, pela compreensão da estrutura real dos dados.

Da observação ao significado decisório

Informação é produzida quando dados são organizados e interpretados em relação a uma pergunta. Conhecimento operacional surge quando essa informação é conectada a regras, experiência institucional e consequências possíveis. Na gestão pública, o caminho entre dado e decisão requer ainda considerar competências, restrições orçamentárias, objetivos da política e efeitos sobre cidadãos. Uma variação de gasto, por exemplo, não indica automaticamente desperdício: pode refletir expansão legítima do serviço, mudança de preços, alteração de escopo ou falha de planejamento.

► Análise de Dados e Ciência de Dados

Análise de Dados concentra-se em transformar registros em evidências úteis por meio de organização, exploração, comparação, visualização e interpretação. Ciência de Dados possui escopo mais amplo e costuma combinar estatística, computação, modelagem, engenharia de dados e conhecimento do domínio para resolver problemas cuja resposta pode exigir modelos preditivos, automação ou integração de grandes volumes de informação.

Escopo, perguntas e entregáveis

Uma análise pode responder quanto foi gasto, como um indicador se distribui entre unidades, onde há maior atraso ou quais grupos apresentam comportamento diferente. Um projeto de Ciência de Dados pode acrescentar previsão, classificação, priorização ou detecção automática de situações incomuns. Quando uma regra simples responde à pergunta de forma auditável e suficiente, um modelo complexo pode adicionar custo sem benefício proporcional.



► Métodos de ética e transparência para a gestão pública

Mesmo havendo corrupção, existem meios para impor a transparência e a ética dentro da gestão pública, como a Lei da Transparência, criando esforços para buscar mecanismos para tornar mais eficiente a administração pública, e com isso agilizar e modernizar os controles dos gastos públicos e uma maior eficiência na transparência nos recursos públicos¹.

A administração pública tem que investir mais em sistemas que possam proporcionar melhorias no acesso às informações e ferramentas de gestão, como método eficaz de redução e controle dos gastos dos recursos públicos. Muitos órgãos públicos ainda não têm sistema de controle de informações, como agenda com consulta via sistema em rede na própria unidade de saúde, utilizando agendas manuais.

Outro ponto, esses sistemas devem permitir que os cidadãos consigam identificar e também dar opiniões, para que possam ajudar na administração pública. E também, o gestor público deve entender que todas essas ferramentas irão agilizar suas atividades diárias facilitando a transparência, dessa forma, tudo ficaria mais prático e ético.

Com o acesso à internet é possível criar métodos para que a população possa visualizar essas informações dos gastos e uso dos recursos públicos. Isso torna a gestão mais transparente e a população tem maior participação. Hoje com o aumento do acesso à internet a nova geração consegue se sobressair.

São algumas ações para obtenção de uma ética transparente:

Planejamento

Estabelecimento de metas e condições para execução orçamentária;

Previsão da arrecadação e a renúncia de receita;

Fundamentação da geração de despesa e confrontação com critérios técnicos para execução legal;

Elaboração de leis consonantes com o Plano Plurianual.

▪ **Transparência:** Apresentar à população e interessados os instrumentos de transparência, como planos, orçamentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, as prestações de contas e os respectivos pareceres prévios dos órgãos de controle externo, os relatórios de gestão fiscal e os relatórios da execução orçamentária. Tais informações devem estar disponíveis durante todo o exercício tanto pelo poder legislativo, quanto pelos órgãos técnicos responsáveis por sua elaboração.

▪ **Controle:** Controle interno e externo sendo responsabilidade principalmente do poder legislativo, com o auxílio dos Tribunais de Contas e da população, a fim de verificar se as metas cumpridas pelo exame dos relatórios e anexos incorporados no planejamento. Fiscalizar o cumprimento das normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal como cumprimento de metas, obediência aos limites para realização de operações de crédito, destinação dos recursos, despesas com pessoal e a dívida e seus limites. Sugere-se acompanhamento e avaliação de forma permanente, da política e da operacionalidade da gestão.

▪ **Responsabilidade:** Irregularidades são penalizadas segundo determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), além de outros diplomas legais contemplados nessa lei. Dentre as punições está o prejuízo e suspensão das transferências voluntárias, as garantias e a contratação de operação de crédito, inclusas nas antecipações de Receitas orçamentárias. Cada município deve ter sua lei própria, visto a autonomia administrativa que lhes garante a Constituição Federal, legislação complementar a lei federal.

Elencam-se séries de melhorias na Gestão pública que devem ser realizadas:

▪ Realização de reuniões abertas ao público;

1 <http://dspace.nead.ufsj.edu.br/trabalhospublicos/bitstream/handle/123456789/229/VERS%C3%83O%20P%C3%93S%20BANCA%20-%20Tiago%20Botan.pdf?sequence=1&isAllowed=y>



Conhecimentos Regionais de Santa Catarina

HISTÓRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA¹

► Povos originários e ocupação pré-colonial

Antes da chegada dos europeus, o território que hoje corresponde ao estado de Santa Catarina era habitado por diversos povos indígenas, com destaque para as etnias Kaingang, Xokleng e Guarani. Esses grupos possuíam formas próprias de organização social, econômica e cultural, baseadas na caça, pesca, coleta e agricultura rudimentar.

A presença indígena é fundamental para compreender a formação inicial do território, uma vez que muitos caminhos, práticas e conhecimentos foram posteriormente apropriados pelos colonizadores.

Ocupação indígena no estado



► Chegada dos europeus e início da colonização

O contato com os europeus teve início no século XVI, quando navegadores portugueses e espanhóis passaram pela região. No entanto, a ocupação efetiva começou apenas no século XVII, com a fundação de povoados estratégicos como São Francisco do Sul e Laguna.

No século XVIII, a Coroa Portuguesa incentivou a imigração de açorianos para o litoral catarinense. Esses colonos desempenharam papel central na consolidação da ocupação, introduzindo práticas agrícolas, religiosas e culturais que ainda hoje marcam a identidade do estado.

► Expansão para o interior e formação de núcleos urbanos

A interiorização do território ocorreu principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, com a criação de núcleos como Lages, que tinham função estratégica de ligação entre o Sul e o Sudeste do Brasil.

¹ <http://www.sc.gov.br/>; <https://www.sc.gov.br/conhecasc/economia>



GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!